



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



LEI COMPLEMENTAR nº 884/2.024,

de 17 de setembro de 2024.

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...

O Prefeito Municipal de Paulistânia, Estado de São Paulo, **DR. PAULO AUGUSTO GRANCHI**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária do Município, fixadas no Plano Plurianual, relativas ao exercício financeiro de 2.025.

Parágrafo Único - Fica estabelecida como parte integrante da presente Lei, os anexos de metas e riscos fiscais, conforme §§ 1º e 3º do artigo 4º da Lei nº 101/2000.

Artigo 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, observando-se os seguintes objetivos:

- I – Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II – Dar apoio ao ensino fundamental;
- III – Dar apoio aos pequenos e médios produtores rurais;
- IV – Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- V – Promover a reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;
- VI – Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- VII – Prestar melhorias da infra-estrutura urbana;
- VIII – Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
- IX – Apoiar estudantes carentes, na realização do ensino médio e superior.

Artigo 3º - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o artigo 165, parágrafo 5º, 6º, 7º e 8º da Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2.000) e com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Artigo 4º - A proposta orçamentária para o ano de 2.025 conterá as metas e prioridades estabelecidas no anexo que integra esta Lei e ainda as seguintes disposições:

- I - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



II - Na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária, PIB e inflação;

III - As receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2.024, acrescidas da expectativa inflacionária esperada para 2.025;

IV - Somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, bem como após contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público (artigo 45 da L.R.F.);

V - Não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária (artigo 12, § 2º L.R.F.);

VI - Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (artigo 8º, § único da L.R.F.).

Artigo 5º - O Poder Executivo deverá assegurar o equilíbrio financeiro entre a receita e a despesas, com fulcro no artigo 4º, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 6º - Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso (artigo 8º, I, "a", da L.R.F.).

Artigo 7º - Se, no final de um bimestre, for verificado que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão durante os trinta dias subseqüentes, por ato próprio e nos montantes necessários, medidas para restabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro, inclusive a limitação de empenhos e movimentação financeira.

§ 1º - Sendo necessária a limitação de empenhos para o cumprimento do disposto no artigo 9º, da Lei Complementar nº 101/2.000, visando atingir as metas previstas no Anexo II desta lei, a mesma será realizada, de forma proporcional no montante de recursos alocados, preferencialmente, nos grupos de despesa "outras despesas correntes" e "investimentos" de cada Poder, excluídas da limitação as despesas que constituam obrigação legal ou constitucional de execução, e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á dentro do possível, preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I** - Pessoal e os encargos sociais decorrentes;
- II** - Despesas indispensáveis à realização dos serviços considerados prioritários e essenciais;
- III** - Conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101/2.000.



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



§ 3º - Havendo limitação de empenhos, o Poder Executivo informará o Legislativo sobre o montante indisponível para empenho e movimentação financeira.

Artigo 8º - Estabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária, dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato próprio do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo anterior.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, para atendimento de projetos de interesse social.

Artigo 10 - O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salário, incluindo:

- I – A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- II – A criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;
- III – O provimento de empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.
- IV – Critérios para contratação de horas extras quando o Poder superar o limite prudencial para o pessoal.

Parágrafo Único – As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como dependerão de inexistência de impedimento legal.

Artigo 11 – Os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo tal ato como renúncia de receita.

Artigo 12 - Os serviços de terceiros não poderão ser superiores ao percentual correspondente à receita corrente líquida do exercício anterior, até o término do terceiro exercício seguinte (artigo 72 da L.R.F.).

Artigo 13 - Os Poderes Legislativo e Executivo serão responsáveis pelo controle de custos e avaliação dos resultados dos programas inseridos na Lei Orçamentária (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Artigo 14 - O Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I – Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- II – Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça;



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



III – Revisão de taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV – Atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação fiscal de tributos.

Artigo 15 - A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (artigo 5º, III, “b” da L.R.F.), que será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - A reserva de contingência corresponderá aos valores apurados a partir da situação financeira do mês de julho do corrente exercício, projetados até o seu final.

§ 2º - As dívidas dos Poderes Legislativo e Executivo, inscritas em Restos à Pagar Liquidados, deverão ser pagas até 30 de abril do ano de 2.025.

Artigo 16 – Os repasses mensais de recursos ao Legislativo serão estabelecidos proporcionalmente com base na receita mensal efetivamente realizada do ano anterior, no início de cada exercício, de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre Receita Arrecadada e Despesa Realizada, obedecendo-se as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2.000, bem como na Emenda Constitucional n. 58, de 23 de setembro de 2.009.

Artigo 17 – A concessão de subvenções sociais/ termos de colaboração, auxílios e contribuições a instituições privadas, que prestem serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação, dependerão de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo, em obediência ao disposto na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2.014.

§ 1º - As subvenções sociais/ termos de colaboração serão concedidas a instituições privadas sem fins lucrativos que tenham atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 2º - A concessão de auxílios estará subordinada às razões de interesse público e obedecerá às seguintes condições:

I – Destinar-se-ão, exclusivamente, às entidades sem fins lucrativos;

II – Destinar-se-ão à ampliação, aquisição de equipamentos e de material permanente e instalações.

§ 3º - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de contribuições, terá por base, exclusivamente, em unidades de serviços prestados.



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



Artigo 18 – Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o prazo estabelecido no inciso II da Lei Complementar nº 222/2.005, de 22/03/2.005, será adotado o procedimento que a Constituição Federal dispuser.

Artigo 19 – As contratações de serviços de caráter continuado assim entendidas as de duração superior a dois exercícios, ficam condicionadas à ocorrência de excesso de arrecadação no exercício anterior, considerando-se ainda a tendência do exercício corrente, desde que não comprometidos com a abertura de créditos adicionais.

Artigo 20 – Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar e transferir recursos de uma categoria de programação para outra no âmbito do mesmo órgão, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada.

Artigo 21 – Fica automaticamente o Plano Plurianual adequado a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficando "INCLUÍDAS", "ALTERADAS" ou "EXCLUÍDAS" as metas, programas, objetivos, indicadores e ações, ficando automaticamente compatibilizados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Artigo 22 – Será determinado por Decreto do Executivo Municipal o índice de preços para atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada.

Artigo 23 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Paulistânia-SP, 17 de setembro de 2.024.

Dr. PAULO AUGUSTO GRANCHI
Prefeito Municipal

REGISTRO:

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada pela Secretaria da Prefeitura Municipal sob nº 884/2024, em fls. 17, no Livro nº 4 de Registro de Leis Complementares.

P M de Paulistânia, 17 de setembro de 2024.

MARIA APARECIDA LESCOVA FERNANDES
Chefe de Gabinete